

Conhecimento nunca é demais

JULIANO BRUM SCHEFFER

Diretor científico do Instituto Brasileiro de Reprodução Assistida (Ibrra)

Temos o hábito de resumir a nossa saúde — especialmente a que precisa contar com os serviços públicos, mas não só ela — a tratamentos, uma postura lamentável. O tabagismo, um problema de saúde pública no mundo inteiro, ainda não é enxergado como tal, no Brasil, pelas autoridades, nem pela grande maioria da população. A incidência de adolescentes fumando aumenta extraordinariamente. Danos causados pelo fumo à pele e aos sistemas digestivo, neurológico, circulatório e pulmonar já são bastante discutidos. Porém, ainda falta muita divulgação sobre os prejuízos que esse vício causa ao sistema reprodutivo, com uma abordagem que vise à prevenção.

Um terço dos casos de infertilidade está indiretamente relacionado ao tabagismo. As mulheres fumantes apresentam mais distúrbios ovulatórios e menstruais. Os gametas produzidos são de pior qualidade que os das não-fumantes. O endométrio — camada que reveste internamente o útero — é menos receptivo ao embrião, que, por sua vez, apresenta uma quantidade muito maior de alterações cromossômicas. A menopausa ocorre precocemente e os cânceres ginecológicos são muito mais frequentes. Antigamente, a mulher era educada para se casar, ter filhos e cuidar da casa e da família. Hoje, o papel feminino diante da sociedade mudou e ela ganha importante participação no mercado de trabalho.

Um terço dos casos de infertilidade está indiretamente relacionado ao tabagismo

Mas, ao priorizar a carreira, muitas acabam postergando a realização do sonho de ter filhos, esquecendo-se de que um dos fatores mais importantes para a fertilidade é a idade feminina. Hoje, nos países desenvolvidos, sabe-se que quase 50% dos casais atendidos nas clínicas de reprodução assistida tiveram o primeiro filho e não estão conseguindo ter o segundo por problemas relacionados principalmente à idade da mulher.

No que diz respeito aos homens, o cigarro altera diretamente os espermatozoides, tanto na forma e na concentração, como na composição nuclear, o que interfere negativamente na qualidade dos gametas masculinos. O casal fumante apresenta menor chance de sucesso até mesmo nos tratamentos de reprodução assistida. Quando o homem chega aos 40/50 anos, alterações de concentração, motilidade e morfologia comprometem a capacidade reprodutiva dos espermatozoides. Essas modificações espermáticas advindas da idade podem ser potencializadas pelo tabagismo; o consumo excessivo de álcool; e o uso de anabolizantes e drogas ilícitas, como cocaína, ácido lisérgico (LSD) e extasy — que alteram os hormônios relacionados à formação dos gametas masculinos. A população precisa ter mais acesso a informações como essas, sobre a necessidade de levar uma vida saudável e a importância de tomar medidas preventivas para um correto planejamento familiar. Os jovens — homens e mulheres — devem tomar cuidados preventivos para não desenvolver, futuramente, fatores que possam causar a infertilidade. Manter-se atualizado é a essência para o bem-estar individual e coletivo.

Culpa e responsabilidade

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Ex-presidente da República

N

unca antes no país, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) mostrou caberem nos bancos dos réus um governo, um partido e um sistema político-eleitoral. A cortina de fumaça publicitário-eleitoral do disciplinado PT faz seus dirigentes dizerem em uníssono: não temos nada com isso, o julgamento não respinga em nós, nem no governo, o mau comportamento é caso isolado, talvez de um só “companheiro”, o auto-imolado Delúbio etc. São justificativas típicas de partidos autoritários: “o partido”, em sua essência é perfeito; os homens que o compõem são entidades à parte — podem ser pecadores, mas o partido não erra nunca. Por extensão, o governo desse partido, que se imaginava de pureza platônica, nada teria a ver com os erros de seus filiados, menos ainda a figura simbólica que o expressa, Lula. Esse olha os companheiros e subordinados com a benevolência distante do “paisão” condescendente, sem qualquer responsabilidade por suas diabruras. Se erraram, pagarão o preço. A tarefa de julgar pertence aos tribunais, não aos membros do agrupamento. Enquanto o tribunal não dá seu veredito, lavam-se as mãos e se tem por bons os que estão “supostamente” envolvidos em tramadas. Pouco importa os veementes indícios que levaram os juizes do STF a receberem as denúncias, tão pormenorizadamente descritas pela acusação e pela relatoria. Até o julgamento, “quadrilha”, peculato, corrupção ativa ou passiva são invenções da mídia e da oposição. Se vierem a ser condenados, dirão: “Que outra coisa esperar de um tribunal, senão acomodar-se com a mídia e com a elite?”.

O truque ideológico é simples como o sofisma no qual se baseia, o da separação entre um partido ideal, inatacável, e uma prática perversa. É certo que a “culpa” será decidida pelo tribunal, bem como as penalidades. É até provável que alguns dos acusados sejam inocentados, em parte ou totalmente. Mas a responsabilidade pelo que ocorreu (cujo juízo é político, não penal) recairá sobre o governo, sobre seu chefe e sobre todos os que, ao não reprovarem com energia os deslizes, assumem uma atitude leniente que convida à repetição das malféitorias.

Jamais avancei juízos sobre a culpabilidade de cada acusado, à espera das provas (já evidentes em alguns casos) e da decisão da Justiça. Faça a devida distinção entre culpa penal e responsabilidade política. Mas não poupei a responsabilidade do presiden-

te, que nunca repudiou os fatos ocorridos, negando evidências, nem a dos dirigentes partidários que dizem: “Não é conosco”. Com quem é então? Com o Delúbio e com o Valério agindo sozinhos? A quem beneficiaram os apoios e os votos? Obviamente ao presidente, a seus aliados e à sustentação das políticas do governo.

Por consequência, presidente e governo, indiretamente, e as pessoas diretamente implicadas na trama respondem pelo que ocorreu, embora em instâncias diversas e com graus de culpabilidade e de responsabilização também diversos. Todos estão, sim, no banco dos réus. Alguns são réus da Justiça, outros perante a opinião pública e a história. E de nada vale o outro sofisma, malufiano: “Fomos absolvidos pelo voto popular”. Terão muitos políticos de má catadura nesta companhia. O voto dá poder, mas não absolve nem perante a Justiça nem perante a opinião pública; se o processo de responsabilização tivesse sustentação política, nem sequer poder daria. Mesmo dando-o, fica o estigma de um poder manchado por práticas corruptas.

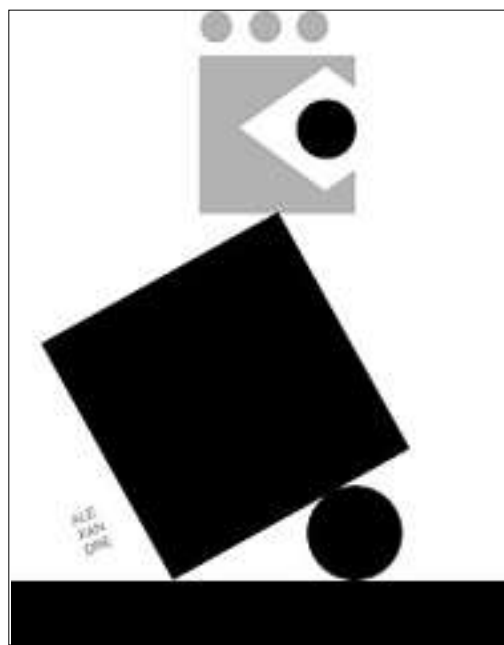
A hipótese de que os maiores responsáveis políticos nada sabiam é de difícil sustentação. Houve reitereção no STF da presença do candidato à Presidência e de seu vice na sala contígua ao lugar em que era feita a compra do apoio do PL aos

candidatos do PT. O então governador de Goiás reafirmou que dissera ao presidente saber de subornos. Ainda que os dirigentes nada soubessem na ocasião, depois do que hoje se sabe caberia a repulsa dessas práticas malsãs. O PT até hoje calou. E o presidente Lula outra coisa não faz do que confundir a opinião pública, sem nunca dizer quem o traiu, e sem condenar moralmente seus aloprados companheiros. O presidente deve à nação (mesmo à parte dela que o “absolveu” pelo voto) um repúdio claro às transgressões.

Por fim, o sistema político eleitoral. A

verdade é que o sistema de voto, proporcional e uninominal, fragmenta os partidos, quase os dissolve, obrigando o Executivo a uma série de acordos, popularmente chamados de barganhas. Esses acordos não implicam necessariamente suborno, em compra, em mensalões ou coisa que o valha. Mas implicam cessão do controle de partes da máquina pública a interesses partidários, o que em si pode não ser um erro, se for para a implementação de políticas com as quais o governo ou os partidos aliados estejam de fato comprometidos. Quando, como no caso atual, não se sabe qual é o programa do governo e os aliados nunca estiveram próximos das ideias dos governantes e, ainda por cima, se introduz a prática — essa, sim, inédita e criada pelos operadores do PT — de oferecer vantagens pecuniárias para obter apoios no Congresso, configura-se a tal “quadrilha” ou “bando”. Não há pois como negar a relação entre o sistema político-eleitoral e os desastros praticados.

Mudemos, pois, o sistema. É por isso que, embora consciente dos problemas que o voto distrital acarreta (mas há formas para solucioná-los), venho me batendo por sua adoção. Ele quebra o atual sistema, que precisa ser quebrado, porque está desmoralizado. Se é certo que há algum tempo era perceptível o embaraço que nosso sistema político-eleitoral causa ao bom êxito da administração e às práticas políticas do país, isso se tornou patente no relacionamento entre o governo atual e o Congresso. O presidente Lula se declara favorável ao voto distrital misto. Por que então não assume sua responsabilidade política de o defender em vez de deixar o PT propugnar por “listas fechadas”? Presidente, fale com franqueza, assumindo posições claras em favor de uma vida política mais decente. Não serão sofismas, nem milhões de votos que o absolverão perante a opinião pública se permanecer num silêncio conivente.



Jamais avancei juízos sobre a culpabilidade dos acusados à espera das provas e da decisão da Justiça

tal mediante a indicação de apadrinhados para cargos exponencialmente multiplicados. As agências reguladoras da área elétrica, de telecomunicações, do mercado de capitais e financeiro, de aviação, e tantas outras, fruto de ampla discussão e decorrente da inclusão do princípio da eficiência na Constituição Federal, estão ficando à mercê da manipulação política, do oportunismo.

Na esteira da destruição de inspiração trotskista da estrutura existente, visando à perpetuação no poder de um grupo que incha, dia a dia, às custas da sangria da poupança popular, advoga-se desprofissionalizar as agências reguladoras. Seus dirigentes, hoje independentes, deverão se tornar marionetes, servidores de interesses imediatos e escusos dos detentores do poder no momento. Na aparência, poderão até mesmo aparentar autonomia, mas, na verdade, estarão sob jugo dos guardiões da “nossa” caneta. Que os sustentados pelo programa Bolsa-Família não se sensibilizem para o fato, é compreensível. Não se compreende é como o brasileiro melhor instruído continua a tapar o sol com peneiras furadas.

Agências reguladoras

DAN M. KRAFT

Advogado, mestre em direito comercial (UFMG) e econômico internacional (Londres)

A Era FHC teve o grande mérito de iniciar a profissionalização da gestão da coisa pública. Seguindo o exemplo de países mais desenvolvidos, onde a política partidária deve ser contida, sem impregnar toda a cena gerencial de uma nação, é recomendável que assuntos técnicos e de estratégia de longo prazo sejam entregues à administração de pessoas com alta capacidade profissional e independência ideológica. Em países admirados por sua organização, mudanças de governo não significam alteração ampla e profunda da máquina estatal, que deve permanecer acima das rugas partidárias. Assim ocorreu informalmente com o Banco Central do Brasil, que, a despeito da inexistência de um diploma legal lhe dando autonomia, há mais de uma década tem atuação independente na defesa da moeda e da higidez do sistema financeiro. O status do presidente do BC, inclusive, tornou-se de ministro, permitindo-lhe ampla liberdade de ação na

busca da estabilidade não apenas de curto, mas médio e longo prazos. O resultado é o bom aproveitamento da bonança econômica mundial.

A tragédia gerencial aeronáutica que acomete o país há anos traz à baila problemas decorrentes da incompetência gerencial na criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a indicação política de seus integrantes, como citado aqui há mais de um ano. Usa-se a desculpa da inoperância, ou até mesmo de uma possível corrupção, naquela agência, para se colocar na pauta nacional a mudança do sistema regulatório e fiscalizatório brasileiro, representado por agências setoriais.

Germina-se um questionamento oportunista, com tons golpistas, que visa demolir um sistema ainda em fase de maturação, condenando-se a ideia das agências reguladoras independentes. Em vez de se melhorar o sistema de escolha e controle dos dirigentes de tais agências, que deveriam estar acima de qualquer envolvimento partidário, traz-se à cena sua politização, como sói ocorrer no atual governo, que retrocede décadas na gestão esta-

S/A ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928



SEDE

TELEFONE GERAL: (31) 3263-5000

Avenida Getúlio Vargas, 291, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Cep 30112020



Filiado ao Instituto Verificador de Circulação



PARA ASSINAR LIGUE

Belo Horizonte (31) 3263 5800
Outras Localidades 0800 31 5005

PARA ANUNCIAR LIGUE

Classificados Pequenos Anúncios Fonados (31) 3228-2000

TELEFONES DE APOIO

Redação
(31) 3263-5330
Editórias:
Gerais
(31) 3263-5244
Política
(31) 3263-5293
Economia e Agropecuária
(31) 3263-5103
Esportes
(31) 3263-5313
Internacional
(31) 3263-5036
Opinião
(31) 3263-5373

Cultura - TV - Pensar e Divirta-se
(31) 3263-5126
Fotografia
(31) 3263-5214
Turismo
(31) 3263-5333
Informática
(31) 3263-5360
Veículos
(31) 3263-5078
Bem Viver, Gurilândia, D+ e Guia de Negócios
(31) 3263-5048
Feminino & Masculino
(31) 3263-5260

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Belo Horizonte (31) 3263 5800
Outras Localidades 0800 31 5005

DISTRIBUIDOR DE ASSINATURAS INTERIOR

0800 31 5005

SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VENDA AVULSA

Capital e Contagem - (31) 3263 5830
Interior de Minas Gerais - 0800-283-5062
Telefax - Circulação: (31) 3263 5961

DEPARTAMENTO DE COBRANÇA

(31) 3263-5421

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(31) 3263-5501 e (31) 3263-5224

TABELA DE PREÇOS

Localidade	VENDA AVULSA (R\$)		Preço de capa	ASSINATURA MODALIDADE SEMESTRAL - C/ENTREGA DIÁRIA		
	2º e sábado	Domingos		Preço promocional (R\$)		
				À vista	6X	6X
MG - Capital e interior	2,00	3,00	64,90	263,40	47,40	43,90
SP, DF e Goiânia	2,00	3,00	64,90	263,40	47,40	43,90
RJ - Capital	2,00	3,00	64,90	263,40	47,40	43,90
RJ - Interior	3,00	4,00	64,90*	263,40*	47,40*	43,90*
ES - Capital e interior	3,00	4,00	64,90*	263,40*	47,40*	43,90*
BA - Capital e interior	4,00	5,00	64,90*	263,40*	47,40*	43,90*

* As assinaturas que seguem através do correio serão acrescidas da respectiva taxa de correio

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS

SUCURSAL SÃO PAULO - Rua Funchal, 411-2º andar - sala 23 - Vila Olímpia
Tel: (11) 3045-4921 - Fax: (11) 3055-2110 - e-mail: sucursal.sp@uai.com.br
SUCURSAL RIO DE JANEIRO - Rua do Livramento, 189 - 8º andar - Sala 24 - Saúde
Tel: (21) 2263-1945 - Fax: (21) 2263-2045 - e-mail: sucursal.rj@uai.com.br

AGÊNCIAS

O ESTADO DE MINAS trabalha com as seguintes agências de notícias: Agência Estado, Agência O Globo, Agência Folha, France-Press, Reuters e Ansa.